

# Mulheres na política: uma nova onda a caminho, por Inês Castilho

*Surgem diversas iniciativas para pensar a subrepresentação nas próximas eleições: de cursos de formação a pesquisa sobre presença feminina em Prefeituras. Para especialistas, problema não é de gênero, mas da própria democracia*

**(Outras Palavras, 21/06/2019 - acesse no site de origem)**

A igualdade entrou em campo para vencer. A chuteira exibida pela nordestina [Marta Vieira da Silva](#), artilheira 10 da seleção brasileira de futebol com recorde absoluto em gols de Copas do Mundo - uma [chuteira](#) preta, com rosa e azul em partes iguais nas laterais e sem patrocínio - é só o sinal mais visível do florescimento da consciência e determinação das mulheres em assumir o protagonismo na condução de suas vidas e dos destinos do país.

Mas há outros. [Sementes](#), o filme, retrata o levante político de mulheres negras gerado pela execução de Marielle Franco em março de 2018, ainda impune, [#QuemMandouMatarMarielle?](#), e acompanha a corrida eleitoral de seis candidatas no Rio de Janeiro aos cargos de deputada estadual e federal. Em São Paulo, um curso gratuito de formação política para 60 mulheres teve procura surpreendente e está bombando no estado. Já sabemos quem são e quais os maiores problemas das prefeitas brasileiras, cujo perfil acaba de ser traçado por um grupo de pesquisadoras do Rio de Janeiro. Um estudo em andamento mapeia as inovações políticas de mulheres em cargos eletivos no Brasil e outros cinco países da América Latina.

As mexicanas acabam de [conquistar](#) a paridade de gênero em todos os cargos públicos. No México, a paridade no Parlamento já era obrigatória e as deputadas são 48,6%. Já no Brasil fala-se, inclusive, em acabar com as [cotas para candidaturas femininas](#). Dos mais desiguais na América Latina e no mundo, o Brasil ocupa o 152º lugar em participação das mulheres em cargos eletivos federais dentre 172 países ranqueados pela IPU (Inter-Parliamentary Union). Negros e indígenas são ainda mais sub-representados. Somente 13,5% dos vereadores e 12% dos prefeitos são mulheres,.

Contudo, em 2018, 30 anos do nascimento da Constituição cidadã, elegemos 77 deputadas federais, maior número da história, ampliando de 11% a 15% a presença feminina no Congresso. O número de jovens, negras, pobres e LGBTs aumentou significativamente. Joênia Wapichana é a primeira deputada federal indígena, eleita por Roraima. Em São Paulo, Erica Malunguinho tornou-se a primeira deputada estadual transexual.

O trabalho solitário e sem pagamento de reprodução social, relegado quase exclusivamente às mulheres, é por certo uma das razões dessa sub-representação. Já empobrecidas por salários inferiores, [gastamos mais de 20 horas semanais](#) cuidando da casa e da família, duas vezes mais que nossos pares, socialmente liberados da obrigação de cuidar e liberados para dedicar-se à “verdadeira” política.

Como diz [Ada Colau](#), prefeita de Barcelona, na Espanha.

“Este é o século das cidades e das mulheres. O feminismo tem a ver com o municipalismo: propõe que as mudanças sejam produzidas na esfera da vida. O pessoal é político. A política

patriarcal se ocupava da macropolítica e ignorava toda a questão dos cuidados e da reprodução. A maior parte de nossas vidas permanecia invisibilizada e nas mãos das mulheres, porque os homens ficavam na política de verdade. Esse sistema está claramente em crise”.

A fala de Ada Colau, que recentemente reeleita, sugere que há muito jogo à frente. De fato, é planetária a luta das mulheres: uma revolução permanente e internacional.

## **Brasilianas**

A virada ferve no caldeirão. O [Curso](#) de Formação de Mulheres na Política, criado na raça e sem financiamento por jovens gestoras de políticas públicas da USP, recebeu 700 inscrições para as 60 vagas oferecidas. Mulheres de 15 a 68 anos, filiadas a 15 diferentes partidos e não filiadas a partido nenhum, muitas negras e/ou LGBT's, de 40 municípios do estado de SP, com grande diversidade de interesses. Dentre elas há quem queria apoiar campanhas femininas em 2020; quem deseje adquirir formação; quem queira aprender mais sobre mulher e política em razão do ofício de advogada, professora, jornalista. Mulheres que pretendem candidatar-se, mulheres que já se candidataram, assessoras políticas que (ainda) não pensam em ser candidatas.

“Elegemos ano passado mulheres de variados perfis e queremos justamente mostrar isso no curso, que existem diferentes trajetórias, formas de atuação, e que mulheres podem ser elas mesmas e estar na política institucional ao mesmo tempo”, afirmam as [criadoras](#) da Iniciativa Brazilianas no [artigo](#) *Começando a virar a mesa: a pequena-grande transformação da formação política feminina*.

Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres, acadêmicas e ativistas, acreditam que um espaço de formação, rede e assistência às mulheres que se dispõem a entrar na política tem imenso potencial de alavancar candidaturas femininas em 2020.

“Política é um ambiente desgastante. Para mulheres, que normalmente já são menos remuneradas no ambiente de trabalho, possuem jornadas de trabalho dupla ou tripla, com afazeres domésticos e familiares, a política se torna ainda mais desigual e cansativa. Soma-se então a violência de gênero, praticada por homens que não aceitam que a política não é território exclusivo deles. Se a mulher é jovem, ou negra, ou lésbica, por exemplo, enfrentará ainda mais preconceito e violência no ambiente político”.

Frente à intensa demanda, as Brazilianas trabalham na gestação de mais ações. Gravam o curso - nove encontros semanais de maio a julho - e até agosto vão disponibilizar os melhores momentos online. Com um pequeno edital que acabam de vencer vão realizar o evento *Mulheres no Poder*, aberto e gratuito, em São Paulo, agora em julho. Aguardem.

“Queremos que estas sessenta mulheres se transformem em seiscentas, seis mil. E que todas elas tenham condições de empreender campanhas a cargos políticos em pé de igualdade com homens. Que se elejam e revolucionem a política da mesma forma como tem nos revolucionado todas as quintas-feiras”.

## **Emergência Política Mulheres**

Pois é bem essa ideia que orienta o [projeto](#) Emergência Política Mulheres, que está entrevistando parlamentares do México, Colômbia, Brasil, Bolívia, Chile e Argentina, nessa ordem, além de estudiosas sobre mulher e política para retratar as transformações no poder

criadas pelas mulheres ao ingressar na política.

“Nas últimas semanas estivemos na Colômbia, segunda parada da nossa pesquisa [#EmergênciaPolíticaMulheres](#). Entrevistamos 18 mulheres, entre senadoras, deputadas, vereadoras e candidatas – este é ano de eleições locais no país. São muitas histórias de vida e de política que se misturam, desde fazer parte da guerrilha armada, de ter o pai candidato à presidência assassinado, de ser chamada de *ge* ser assistente de doutor. Lindo é poder escutar como essas mulheres estão ocupando esses espaços na política e lutando para que cada uma de nós possa ter seus direitos garantidos, principalmente nossos direitos políticos”, [dizem](#), sorriso rasgado, Beatriz Pedreira, Rosa Tcmf, Jonaya de Castro e Isadora Brant, recém chegadas. “Estamos juntas. E estamos *listas!*”.

Começaram pela Cidade do México, onde aportaram justo no dia da promulgação da lei da paridade. “Essa reforma, que foi aprovada [em 23 de maio] por unanimidade, contou com uma articulação integrada de todas as congressistas mexicanas, de diferentes partidos e campos políticos, mas unidas por uma mesma agenda: igualdade entre mulheres e homens no exercício do poder público. Esse é só o primeiro passo! E que inspire mulheres em toda a América Latina! “, [escreveram de lá](#). Seguem agora por Brasil, Chile, Bolívia e Argentina para realizar o total de 120 entrevistas em profundidade com mulheres em cargos eletivos e estudiosas da história. O projeto é coordenado pelo [Instituto Update](#).

O mapeamento desse campo político foi construído em parceria com instituições de cada país e no Brasil teve colaboração do [Gênero e Número](#) e do [Instituto Alziras](#).

Uma sinergia mostra o vigor dessas diversas ações e potencializa os esforços de cada uma delas. Por exemplo: o Alziras, cuja missão é contribuir para o aumento da representação feminina na política, compartilhou sua experiência com o Update e também com o curso da Brasilianas. Vão assim formando massa crítica para um novo imaginário político que emerge. Inclusivo. Coletivo. De bem comum.

Os resultados do estudo serão divulgados no final de 2019 num relatório da pesquisa, documentários e outros produtos audiovisuais em parceria com a GloboNews e Quebrando o Tabu, entre outras. Antes de focar nas mulheres como novo paradigma na política representativa o Instituto Update já investigou inovação política nas periferias e na América Latina.

## **Alziras**

Visões do futuro e reavivamento do passado. Três anos antes da conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras Alzira Soriano de Souza, 32 anos, viúva e mãe de quatro filhas, ousou lançar-se à vida pública e, apoiada pelo movimento sufragista liderado pela cientista Bertha Lutz, foi eleita a primeira prefeita do país no município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos válidos. Tomou posse em 1929 e, como na marchinha carnavalesca que Chiquinha Gonzaga compusera 30 anos antes, abriu alas para as mulheres que vieram a seguir.

“A luta de muitas gerações permitiu que as mulheres brasileiras conquistassem o direito de votar a partir da década de 1930”, sustentam Cintia Melchiori, Clara Carolina de Sá, Marina Barros e Michelle Ferreti, criadoras do [Instituto Alziras](#). Recordam a médica [Carlota Pereira de Queiroz](#), primeira mulher a se eleger deputada federal no Brasil em 1934; [Antonieta de Barros](#),

primeira parlamentar negra do Brasil, eleita deputada estadual em Santa Catarina em 1935; a [participação das mulheres](#) na Constituinte de 1988; a presidente impedida Dilma Rousseff.

É nesses pontos de luz do passado que se [inspiraram](#) para ir a campo investigar quem são e como trabalham as prefeitas brasileiras. O retrato está no [estudo](#) *Perfil das Prefeitas no Brasil (2017-2020)*, realizada entre maio e julho de 2018 com orientação das pesquisadoras Flavia Biroli, da Universidade de Brasília, Wania Santana, da PUC-RJ e Wasmália Bivar, presidente do IBGE entre 2011 e 2016.

O estudo revelou que, embora somem 51% da população, mulheres governam somente 12% das 5.570 cidades brasileiras, num total de 7% das almas do país, e 91% foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes. Mulheres negras são 27% da população e governam apenas 3% das prefeituras. As prefeitas são geralmente ligadas às áreas de assistência social, educação e saúde, e 71% delas têm curso universitário. Enfrentam enormes desafios: 53% já sofreram assédio ou violência política; 48% enfrentaram falta de recursos para campanha; 30% encararam assédio e violência simbólica no espaço político; 24% tiveram pouco espaço na mídia, em comparação com políticos homens; 23% enfrentaram desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; 22% sofreram por falta de apoio do partido e/ou base aliada; 22% arcaram com sobrecarga de trabalho doméstico, dificultando a participação na política.

“As mulheres que arriscam se lançar à carreira política encaram uma série de barreiras que vão desde uma divisão desigual de tarefas domésticas no âmbito privado, passando pela falta de apoio intrapartidário para acessar recursos de campanha, até dificuldades no exercício do mandato, onde se espera que tenham uma atuação circunscrita a temas ditos “femininos”, tendo que reafirmar sistematicamente o lugar de eleita e capaz”, [afirmam](#) as criadoras do Alziras. “Na mídia, a exposição das mulheres na política resvala, muitas vezes, para o escrutínio de características físicas e comportamentais, dando destaque para penteados, vestidos e tantos estereótipos de gênero como o que assistimos durante o processo de impeachment da primeira mulher eleita para comandar a presidência do Brasil”.

“Não se trata de um problema das mulheres, trata-se de um problema da democracia”, como disse Flávia Biroli no lançamento do estudo no Rio de Janeiro. Simples assim.

---

## [Começando a virar a mesa: a pequena-grande transformação da formação política feminina, por Por Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres](#)

Quinta-feira a noite, já passam das 22 horas e uma das salas de auditório da Câmara Municipal de São Paulo está lotada de mulheres de São Paulo, região metropolitana e interior do Estado. O debate continua acalorado entre as cerca de sessenta participantes: questões de gênero, raça, classe social e tantas outras se mesclam com os conteúdos das falas das palestrantes. É

preciso encerrar o debate, já que muitas delas enfrentarão ainda uma longa jornada no transporte público e levantam cedo, no dia seguinte, para mais um dia de trabalho. Todas deixam o espaço com a mente cheia de questionamentos, provocações e temas que serão digeridos até o próximo encontro semanal.

### **[\(Folha de S.Paulo, 06/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Quando iniciamos a proposta de um curso de política para mulheres que desejam se candidatar a prefeitas e vereadoras em 2020, não tínhamos dimensão do quão revolucionário seria estar na organização deste processo. Até então, não existia uma iniciativa semelhante na cidade de São Paulo. Iniciativas multi ou supra partidárias ainda são recentes e raras, enquanto muitos dos desafios para as mulheres que desejam ser candidatas são comuns. Além disso, deixar para incluir mulheres na política apenas em ano eleitoral é uma prática recorrente, com partidos investindo muito pouco em seus quadros, especialmente novos quadros, no período pré-eleitoral. A existência de um espaço de formação, rede e assistência à mulheres que querem ser políticas configura-se então como um espaço estratégico, que acreditamos ter um imenso potencial de alavancar campanhas femininas em 2020.

O resultado eleitoral de 2018 nos levou, assim como a outras mulheres que estudam e trabalham com política, a perceber que, embora a participação feminina tenha crescido no Congresso Federal, este crescimento é lento e está longe de atingir patamares de igualdade de gênero. Elegemos apenas uma governadora em 26 estados. Os principais nomes que disputaram a presidência foram homens, assim como o governo do Estado de São Paulo. Embora a legislação eleitoral tenha destinado 30% do fundo partidário para mulheres, a composição das listas de candidatas, bem como a distribuição do recurso entre as mulheres candidatas, não seguem critérios claros.

Queríamos que a Iniciativa Brasilianas fosse um espaço de aproximação entre mulheres que já estão na política institucional com mulheres que estão começando, ou ainda querem iniciar uma trajetória. Mas também de formação teórica e formação prática, que forneça ferramentas para pensarem estratégias locais e estaduais, para trabalharem em suas próprias campanhas. Outra decisão foi realizar o curso com mulheres de diversos partidos, com um variado perfil. Metodologias de campanhas costumam ser extremamente normativas, no sentido de desenhar a existência de um perfil ideal de candidato ou candidata, e isto acaba por afastar mulheres. Elegemos ano passado mulheres de variados perfis e queremos justamente mostrar isso no curso, que existem diferentes trajetórias, formas de atuação, e que mulheres podem ser elas mesmas e estarem na política institucional ao mesmo tempo.

Lançamos a proposta do curso de formação sem conseguir mensurar qual seria a recepção. Fomos surpreendidas ao recebermos mais de 700 inscrições, em um perfil bem amplo. São mulheres filiadas e não filiadas, de 15 a 68 anos, de 40 cidades do Estado de São Paulo, com experiência prévia ou não em política. Muitas que se declaram negras e/ou LGBT's. Mulheres que pertencem a 15 diferentes partidos. E com interesses bem distintos. A princípio, mapeamos cinco diferentes perfis entre as inscritas, mulheres que desejam obter uma formação no tema, sem objetivos específicos; mulheres que são advogadas, professoras, jornalistas, ou seja, profissões que propagam ideias e causas, e que querem, por causa da profissão que exercem, conhecer mais sobre mulheres e política; mulheres que são assessoras, trabalham diretamente com política, mas não pensam em ser candidatas; mulheres que pensam em ser candidatas e querem entender mais sobre o tema; e por fim, mulheres que já foram candidatas anteriormente. Um grande número de mulheres não querem ser candidatas,

mas querem apoiar campanhas femininas no ano que vem.

Política é um ambiente desgastante. Para mulheres, que normalmente já são menos remuneradas no ambiente de trabalho, possuem jornadas de trabalho dupla ou tripla, com afazeres domésticos e familiares, a política se torna ainda mais desigual e cansativa. Soma-se então a violência de gênero, praticada por homens que não aceitam que a política não é território exclusivo deles. Se a mulher é jovem, ou negra, ou lésbica, ou ainda, é jovem, negra e lésbica, por exemplo, enfrentará ainda mais preconceito e violência no ambiente político. Socialmente, as mulheres sabem que ao atuarem na política terão suas vidas muito mais reguladas socialmente do que as dos homens. É comum políticas ainda serem cobradas pelo que vestem, pelo corte de cabelo, com quem são casadas, enquanto homens estão a salvo deste escrutínio pessoal. Por fim, campanhas femininas recebem menos recursos, aumentando o caminho a ser percorrido por candidatas até a eleição.

Todos os incentivos para campanhas femininas são baixos, quando não nulos. A recente anistia aos partidos que não aplicaram os recursos legais em campanhas femininas evidencia este cenário. Somos relegadas, a todo momento, a um papel subsidiário na política. Muitas das participantes do curso de formação assessoram políticos há anos ou até décadas, mas nunca se colocaram no lugar de protagonismo político. Nossa proposta é inverter essa lógica e dar a mulher o espaço de representação política institucional. E por isso, acreditamos ser revolucionária a presença de sessenta mulheres em um auditório, pensando e construindo este processo, semana após semana.

Enquanto o debate nacional vai, muitas vezes, na contramão de incluir mais mulheres, com deputados e senadores homens querendo mudar nossa legislação eleitoral para acabar com cotas e financiamento de mulheres, o objetivo da Iniciativa Brasilianas é construir redes de apoio e acompanhamento das campanhas destas mulheres. No momento, o curso é organizado de forma completamente voluntária e sem financiamento, que se torna um desafio para oferecer de forma permanente as atividades. Já recebemos diversas solicitações para disponibilização de uma versão online do curso, bem como de sua realização em outros locais do país. Queremos que estas sessenta mulheres se transformem em seiscentas, seis mil. E que todas elas tenham condições de empreender campanhas a cargos políticos em pé de igualdade com homens. Que se elejam e revolucionem a política da mesma forma como tem nos revolucionado todas as quintas-feiras.

*Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres são gestoras de políticas públicas (EACH/USP) e organizadoras da Iniciativa Brasilianas.*

---

**O passo histórico do Congresso mexicano pela paridade de gênero para todos os postos públicos, por Beatriz Pedreira e**



# Jonaya de Castro

*Ouvir as senadoras e deputadas do México foi o ponto de partida ideal para nosso projeto de ouvir mulheres eleitas em seis países da América Latina*

**(El País, 29/05/2019 - acesse no site de origem)**

O Congresso do México aprovou em 23 de maio uma reforma que modifica artigos da Constituição do país para instituir a obrigatoriedade de que 50% dos cargos públicos sejam ocupados por mulheres nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos órgãos federais, estaduais e municipais, além de órgãos autônomos. O México já tinha [paridade obrigatória](#) no Congresso. A emenda constitucional, que visa garantir igualdade entre mulheres e homens no exercício do poder público, também inclui o princípio da paridade de gênero para todos os cargos, eletivos e públicos —tanto concursados como comissionados.

Com a aprovação, a nova regra já é válida para os cargos federais. Agora, o texto foi encaminhado para votação nas assembleias estaduais para também valer para Estados e municípios.

Foi um dia histórico no país — e para todas as mulheres — e não poderíamos ter melhor ponto de partida para nossa nova pesquisa no Instituto Update, a [Emergência Política Mulheres](#). Como parte da nossa missão de fomentar a inovação política na América Latina, vamos viajar por seis países para conversar com mulheres em cargos eletivos (Legislativo e Executivo), de diferentes campos políticos, territórios e diversidade étnico e racial, para investigar quais são as práticas, as agendas, os desafios e as potências da liderança feminina. E compreender como as mulheres estão atualizando a democracia do século 21. Queremos dar luz a esse fazer político com o objetivo de criar novas referências, impulsionar mais mulheres a se candidatarem e estimular um novo imaginário de poder em que a política também deve ser exercida pelo viés feminino.

É por isso que estamos no México desde o dia 20 de maio. Nesses primeiros dias de trabalho de campo, conversamos com algumas deputadas e senadoras mexicanas de diversos partidos e campos ideológicos, que desde o começo dessa legislação trabalham juntas e ao lado de homens pela paridade de gênero total. Não à toa Congresso apelidaram essa como a “Legislatura da paridade”.

Uma das nossas primeiras conversas foi com a senadora Kenia López Rabadán, do partido [conservador PAN](#). Ela é autora de um dos projetos de lei que resultou na reforma constitucional aprovada. Política tradicional, no sentido de carreira partidária, é uma das autoras da lei de paridade total aprovada em 2016 na Cidade do México, quando fazia parte da Assembleia Constituinte.

“Direito político das mulheres é minha causa. Dia 1º de setembro de 2018 iniciamos a Legislatura e cinco dias depois já apresentamos o projeto de lei pela paridade total nos mesmos moldes do que aprovamos em 2016”, conta Kenia. “Ao aprovar essa reforma constitucional, estamos dando um novo sentido para a política e ao exercício do poder”.

“A nós mulheres nunca foi dado direitos, fomos nós que lutamos por eles”, afirmou Wendy Briceño Zuloag, deputada federal pelo [esquerdista Morena](#) e presidente da Comissão de

Igualdade de Gênero, ao final da votação no Congresso.

“O que estamos conquistando é histórico. Não é apenas uma lei. O México se tornará o único país no mundo onde a paridade está nos principais artigos da Constituição”, conclui Stefania Duarte, secretária técnica legislativa da Comissão de Igualdade de Gênero, que foi responsável pela argumentação do projeto aprovado.

A lei significa muito para todas mulheres latino-americanas, pois o México é o segundo maior país da região e agora se torna uma referência em igualdade de gênero. No entanto, o desafio pela real igualdade ainda é enorme. O México é também o país com maior taxa de feminicídio e desaparecimento de mulheres no mundo, por exemplo. [O passo institucional foi dado, agora a luta é cultural](#). Estamos prontas.

*Beatriz Pedreira e Jonaya de Castro são do Instituto Update, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que fomenta a inovação política na América Latina com o objetivo de fortalecer a democracia. Saiba mais em: [www.institutoupdate.org.br](http://www.institutoupdate.org.br).*

---

## **A contracultura política é feminina, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos**

*A formação de mulheres vai promover uma insurgência*

**(Folha de S.Paulo, 27/05/2019 - acesse no site de origem)**

[Balbúrdia](#) é mais perfeita expressão do “governo” Bolsonaro, cujo método político é o conflito entre os poderes. Diante do caos, impressiona o fato da Lei nº 13.831, que anistia partidos políticos, já em vigor, ter feito Executivo, Legislativo e Judiciário darem as mãos.

A história da construção deste milagre é a seguinte: a Lei dos Partidos Políticos, de 1995, prevê que as legendas devem investir pelo menos 5% de recursos do dinheiro público do Fundo Partidário na promoção da participação feminina na política, que incluem gastos com eventos e propagandas que estimulem a igualdade de gênero. O partido que não cumprir a regra está sujeito a multa. E quem fiscaliza e aplica a multa? A justiça eleitoral.

Mas entre 2013 e 2018, o TSE fez vista grossa e se tornou cúmplice dos partidos na prática da violência política de gênero. O papel deste tipo de violência é impedir as mulheres de se candidatarem, interferir no exercício de seus mandatos e, por fim, desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, para que o poder se conserve como sempre foi: masculino, branco, de meia idade —ou da idade média.

Tudo seguia na mais perfeita desordem, até que, em 2018, a professora Lígia Fabris, da FGV, através de uma provocação ao TSE e ao STF, conseguiu 30% dos recursos do fundo de campanha, então recém-criado, para candidaturas de mulheres. O resultado? Um crescimento de 50% na bancada feminina —e a explosão do [escândalo do laranjal do PSL](#), como revelado



por esta Folha.

Na esteira destes acontecimentos, 2019 começa com o TSE disposto a prestar contas com o passado. E em fevereiro, o PSD foi obrigado a destinar R\$ 1 milhão em 2020 à atuação feminina, mais 2,5% do fundo partidário com a mesma finalidade. Em março, pelo mesmo motivo, o PDT foi obrigado a devolver R\$ 2 milhões ao erário. Em ambos os partidos, houve também suspensão a parcial de recebimento do fundo partidário. O pânico estava instalado.

A resposta veio através do projeto apresentado pelo líder do DEM, dep. Elmar Nascimento, caracterizado como “uma tentativa de conter a ingerência do TSE sobre os partidos”, segundo o deputado Paulinho da Força (Solidariedade). Àquela altura, já eram 70 milhões em multas a partidos de todos os espectros políticos.

Pela pesquisa do [Instituto Patrícia Galvão e Ibope, 74% dos brasileiros acredita que só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão](#). Oito em cada dez brasileiras creem que metade das cadeiras legislativas deveria ser destinada às mulheres. E ainda, segundo o DataSenado, 79% dos brasileiros já votaram em mulher. Então, como explicar a baixa representatividade feminina? A falta de apoio dos partidos é o principal motivo, segundo a percepção popular captada no DataSenado. E a história da lei de anistia aos partidos confirma que o povo está certo.

Com a lei sancionada por Bolsonaro, os partidos ficam livres dessa multa caso tenham financiado candidaturas femininas nas eleições de 2018. Cabe às mulheres fazer uma limonada destes limões. A sinalização do TSE é clara: acabou a vista grossa, chegou a hora dos partidos cumprirem a lei e gastarem dinheiro na formação de quadros femininos. Os anos de 2019 e 2020 são estratégicos para o surgimento de novas lideranças, capazes de promover a insurgência de uma contracultura política. O que se espera dos dirigentes partidários é que cumpram a lei e parem de perpetrar violência política de gênero.

*Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assistente especial do Programa para a América Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.*

---

## **Participação feminina na magistratura cresce lentamente**

O Poder Judiciário brasileiro é composto, predominantemente, por magistrados e possui apenas 38,8% de juízas em atividades. O desequilíbrio torna-se mais evidente quando se considera que, nos últimos 10 anos, a participação feminina aumentou apenas 1,2 ponto percentual, quando registrava 37,6% de magistradas nas diferentes cortes do país. Os dados constam do “[Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário](#)”, apresentado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) durante o 1º Curso Nacional A Mulher Juíza - desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero, realizado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

[\(CNJ, 17/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O levantamento mostra também que, apesar de ainda reduzido, houve evolução do percentual de magistradas em relação à composição do Poder Judiciário no ano de 1988, quando as mulheres ocupavam somente 24,6% dos cargos. A análise da pesquisa tendo como recorte os servidores do Poder Judiciário revela que a participação feminina apresenta situação contrária à observada na magistratura, uma vez que as mulheres representam 56,6% do total de servidores em atividade nos últimos 10 anos. Com 56,8% dos postos, as mulheres também ocuparam mais funções de confiança e cargos comissionados que os homens, entretanto o percentual observado é bem próximo ao de servidoras. Além disso, 54,7% dos cargos de chefia foram ocupados por mulheres nesse período.

*Leia mais: [Judiciário quer ampliar participação feminina na magistratura \(CNJ, 16/05/2019\)](#)*

Os resultados da pesquisa foram apresentados pela diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), Gabriela Moreira de Azevedo Soares, que esclareceu que o levantamento avaliou um período de dez anos de 68 tribunais, número que equivale a 76% dos órgãos. O universo pesquisado compreendeu 283.162 servidores, dos quais, 16.902 eram magistrados. Na avaliação de Gabriela Moreira, os dados revelam que a participação da mulher no judiciário nos últimos dez anos é estável, sendo que a evolução observada é resultado de um movimento ocorrido no final do século passado.

Na presidência da mesa, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Laurita Vaz destacou a importância de se estimular a participação feminina no Poder Judiciário e enfatizou que ela deve ocorrer não apenas pela questão de gênero, mas pela competência comprovada das mulheres. Ao anunciar a apresentação do tema “Cenários de Gênero”, pela procuradora de Justiça e secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ivana Farina Navarrete Pena, Laurita Vaz revelou que a palestrante foi indicada pela Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, para o cargo de conselheira do CNJ no biênio 2019/2021 na vaga destinada ao Ministério Público Estadual.

Ao traçar um panorama da participação da mulher, a procuradora ressaltou que o Ministério Público dos estados é composto por 40,1% de mulheres e 59,9% de homens. “Já o Ministério Público Federal conta 30% de mulheres, sendo este é o maior índice já alcançado” ressaltou. Laurita Vaz também abordou a participação regional das mulheres no Ministério Público e enfatizou que as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam as maiores discrepâncias em relação ao preenchimento de cargos de chefia.

Para a juíza Dinah Câmara Fernandes de Souza, da 2ª Vara de Iraduba/AM, o tema tem sido abordado considerando a mulher como cliente da justiça, vítima de violência e, agora, temos a oportunidade de discutir o papel da mulher como operadora do direito. “Os diagnósticos são apresentados e constatamos que o sistema de justiça tem dado a importância devida à situação peculiar da mulher. As perspectivas são excelentes e eu acredito que a tendência de valorizar a magistrada vai voltar a atrair as mulheres para a carreira”, destacou. Já a juíza federal em Teresina/PI, Maria Cândida Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, disse que o curso é fundamental porque discute a representatividade feminina no Poder Judiciário. “O primeiro passo é o reconhecimento que existe um problema e, nas oficinas, estamos propondo medidas para enfrenta-lo”, declarou.

*Jeferson Melo*

---

# [‘A ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres serve apenas para enfraquecê-las’, diz especialista do King’s College](#)

*Rosie Campbell, diretora do Instituto Global de Liderança Feminina, afirma que são os membros dos partidos locais, e não os eleitores, são menos propensos a escolher mulheres*

**[\(O Globo, 03/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

No dia 3 de maio de 1979, Margaret Thatcher era eleita para governar o Reino Unido — uma liderança conservadora e controversa que se estendeu por 11 anos e mudou o país. [Thatcher foi a primeira mulher a governar uma grande potência ocidental](#), mas não abriu espaço para a ascensão feminina na política britânica, que demorou quase 40 anos para eleger outra mulher, Theresa May. O que mudou desde então?

A diretora do Instituto Global de Liderança Feminina do King’s College, Rosie Campbell, refletiu sobre os avanços e os persistentes obstáculos do tempo que separa Thatcher de May.

**Quarenta anos após a eleição de Margaret Thatcher, mulheres no poder continuam sendo minoria. Quais são os principais obstáculos que as mulheres enfrentam para alcançar posições de liderança na política num país como o Reino Unido?**

As mulheres ainda representam menos de um terço dos deputados na Câmara dos Comuns, mas há uma diferença notável entre os dois principais partidos britânicos: 47% dos parlamentares trabalhistas são mulheres, contra apenas 20% dos conservadores. Isso não aconteceu por acaso. Os trabalhistas introduziram listas e cotas para garantir a representação feminina no partido. Pesquisas mostram que o problema não é que os eleitores não queiram parlamentares do sexo feminino, é que os membros locais dos partidos, ou seja, os que decidem a indicação dos candidatos, são menos propensos a escolher mulheres. Eles têm uma ideia preconcebida de quem é o “candidato ideal”. Geralmente é alguém branco, do sexo masculino, de classe média e sem deficiências físicas. Lideranças locais atuam contra medidas pela igualdade.

Além disso, há também um ponto subestimado: entrar para o Parlamento exige dinheiro, tempo, flexibilidade e redes partidárias, coisas que normalmente são muito mais difíceis para as mulheres, especialmente se tiverem filhos. Candidatas mulheres também são muito mais propensas a sofrer abuso ou assédio, o que, sem dúvida, impede que algumas delas concorram.

**Thatcher não colocou os direitos das mulheres no topo de sua agenda. Quem são as mulheres que estão ajudando a mudar a imagem da liderança política feminina no mundo?**

Margaret Thatcher mostrou um pouco mais de interesse pelos direitos das mulheres depois que deixou o cargo e apoiou iniciativas dentro do Partido Conservador quando já não era a

líder. Há muitos exemplos atuais de mulheres na política em todo o mundo que estão inspirando novas gerações. A congressista Alexandria Ocasio-Cortez é alguém que claramente inspira jovens mulheres, e também homens, nos Estados Unidos. É um sinal de progresso o fato de que há tantas mulheres que podem ser indicadas como candidatas democratas à presidência: Elizabeth Warren, Kamala Harris, Kirsten Gillibrand e outras.

A presidente do Instituto Global para Liderança Feminina, a ex-primeira-ministra australiana Julia Gillard, também serviu de inspiração para muitas jovens. Há pesquisas interessantes mostrando que o conhecimento sobre política entre mulheres australianas aumentou significativamente enquanto ela estava no cargo, porque mais mulheres estavam prestando atenção às notícias e ao que ela dizia. Os pesquisadores sugerem que isso mostra como ter mais modelos políticos femininos poderia realmente ajudar a melhorar o conhecimento político das mulheres.

### **Quarenta anos separam Margaret Thatcher de Theresa May. É possível compará-las?**

Há algumas semelhanças. Obviamente, ambas tiveram o seu tempo no cargo definido por disputas sobre a relação entre o Reino Unido e a Europa. Mas também há diferenças importantes: Thatcher era uma outsider que tomou o partido de assalto, enquanto May conseguiu o cargo máximo porque todos os outros candidatos a líder do Partido Conservador se autodestruíram. De certa forma, May também incorpora o chamado fenômeno do “penhasco de vidro”, no qual mulheres são alçadas a papéis de liderança em tempos de crise com uma grande chance de fracasso, como no caso das negociações do Brexit.

Uma outra semelhança entre as duas está no tratamento da mídia, principalmente no que diz respeito ao gênero. Na verdade, pesquisas sugerem que a cobertura da mídia no Reino Unido ficou mais centrada no gênero depois de Thatcher. E esse tipo de ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres, em vez do foco em suas políticas ou profissionalismo, serve apenas para enfraquecê-las.

*Claudia Sarmiento*

---

## **Comissão no Senado rejeita fim da cota partidária para mulheres**

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado rejeitou nesta quarta-feira, 24, o projeto de lei do senador Angelo Coronel (PSD-BA) que pedia a extinção das cotas partidárias, que exigiam que todo partido tivesse, no mínimo, 30% de candidatas mulheres.

**(Universa, 24/04/2019 - acesse no site de origem)**

Dezenove senadores estavam presentes, sendo três mulheres. A votação terminou em 16 votos contrários contra 2 favoráveis (Simone Tebet, presidente da comissão, não vota). Votaram “sim” o autor do projeto, Angelo Coronel, e a senadora Selma Arruda (PSL-RS). O projeto de lei

foi arquivado.

### **“Projeto desnecessário”**

A primeira a falar sobre o PL foi a senadora Rose de Freitas (Pode-ES): “É um projeto desnecessário”, disse, antes de pedir ao senador Angelo Coronel (PSD-BA) que retirasse sua proposta, pedido que foi negado por Coronel. “Existe apenas para deixar as mulheres angustiadas”, disse Rose.

Na sequência, ela citou alguns dos senadores presentes na comissão que, assim como ela, eram contra o PL: “Aqui temos vários senadores feministas, não temos? [Fabiano] Contarato, [Eduardo] Girão, Alessandro Vieira são, né? Só faz um sinal com o dedo”.

Outros oito senadores se pronunciaram, sete contrários à proposta. A única pessoa que a defendeu durante as falas na reunião foi Coronel. Eliziane Gama (PPS-MA) chegou a comentar que ele seria o único voto contrário. E atacou a proposta: “É um acinte, uma agressão às mulheres. Quando li esse texto, nem acreditei”.

Coronel, ao final, ainda reiterou que acredita que as mulheres devem estar no Congresso. “Não sou contra a participação feminina na política, mas precisa ser por mérito.”

### **O que pedia a proposta?**

O projeto de lei 1256/2019, de autoria de Coronel, pedia o fim da exigência feita aos partidos de que sejam reservados, no mínimo, 30% de vagas de candidaturas a um mesmo sexo -não há determinação de gênero na legislação, mas, como o menor número de candidatos é sempre o de pessoas do sexo feminino, a cota é atribuída às mulheres.

A regra é prevista desde 1997 e, desde 2018, a exigência é de que o repasse de verba seja proporcional a essa porcentagem.

Para Coronel, lei de cotas partidárias é uma “imposição” que até hoje não teve resultados práticos. “Nenhuma mulher foi eleita por cotas”, afirma.

Coronel também afirmou, em entrevista à *Universa*, que não há qualquer entrave para que mulheres entrem na política, tampouco machismo ou preconceito. “Grande parte das mulheres não têm o devido interesse pela política”, afirma.

### **Relator deu parecer contrário e propõe que cotas subam para 50%**

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) se disse “radicalmente contra” a proposta e vai além: propõe que as cotas alcancem 50% de candidaturas para cada sexo. O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse, antes da votação: “Só ficarei feliz quando for metade e metade.”

“As mulheres não tiveram as mesmas oportunidades, na política, que os homens. Começaram a votar mais tarde, só em 1932. A proposta da cota é no sentido de corrigir essa desigualdade”, afirma. Segundo o senador, é preciso assegurar a regra atual para garantir participação feminina nos legislativos municipais, nas eleições que ocorrerão em 2020.

Por fim, Contarato rebate o argumento do Coronel, de que as cotas partidárias incitem candidaturas-laranja, e que mulheres estavam sendo usadas para “esse laranjal”: “Há vários candidatos-laranja, sempre teve, inclusive homens. O que tem que ser feito é exigir que órgãos

de fiscalização analisem, efetivamente, qual foi a participação de todos os candidatos.”

### **Cotas garantem mais mulheres no Congresso?**

Ainda não há uma pesquisa que afirme se as cotas são ou não efetivas para a eleição de mais mulheres. Em 2018, porém, ano em que foi exigido que o repasse de verba fosse proporcional à porcentagem de candidaturas de mulheres –ou seja, 30% do fundo partidário deve ir para elas– o número de deputadas aumentou.

Entre as federais, foi de 51, em 2014, para 77. Já as estaduais cresceram 35% no mesmo período: foram de 119 para 161. No Senado, elas perderam uma cadeira. Hoje, são 13 de um total de 81.

*Camila Brandalise*

---

## **Protagonismo de mulheres levanta questão sobre ‘jeito feminino’ de fazer política**

*Para cientista política, ideia é “estigmatizante” e “age contra as mulheres”. “É ‘sexismo benevolente’.”*

**(HuffPost Brasil, 11/04/2019 - acesse no site de origem)**

Nos últimos meses, o protagonismo de mulheres na política, seja quebrando tradições como na eleição da primeira presidente da Eslováquia - Zuzana Caputová foi eleita em 31 de março -, ou liderando seus países em momentos de crise, como Theresa May, no Reino Unido, e [Jacinda Ardern](#), na Nova Zelândia, atraíram os holofotes de todo o mundo.

A ideia de que seria possível identificar um “jeito feminino” de fazer política, no entanto, está longe de ser uma unanimidade.

“Eu acho que esse movimento [de mulheres na política] é sempre crescente. Mas eu detesto a aceitação de que existe um ‘jeito feminino’ de fazer política”, disse Débora Thomé, cientista política e uma das autoras do livro *Mulheres e poder – Histórias, ideias e indicadores*, ao HuffPost Brasil.

Segundo Thomé, algumas pesquisas essencializam o fato de que, se uma mulher está à frente, há a necessidade de fazer uma política mais “feminina”. Desta forma, quando eleitas, as mulheres fariam o campo da política mais idôneo e ético e teriam, portanto, mais “pureza” para “limpar o jogo sujo” feito pelos homens.

“Política é uma coisa muito mais complexa. Existem mil jeitos de governar. Uma mulher agindo só com base nisso também pode ser vista como fraca. O ponto é: não há evidências de que países que elegem mais mulheres têm menos corrupção. Mas também não há evidências para afirmarmos o oposto.”



Além de Ardern, que teve de responder de forma firme a um recente massacre em mesquitas na Nova Zelândia; e May, que enfrenta um dos momentos recentes mais complicados da política britânica, com o impasse sobre o Brexit; Angela Merkel é exemplo de uma liderança forte na Alemanha, que já se estende por 13 anos. Na África, a Etiópia elegeu Sahle-Work Zewde, sua primeira presidente, no fim de 2018.



Jacinda Ardern, primeira ministra da Nova Zelândia, em visita recente à China. (Foto: Jackson Lee/Reuters)

Nos Estados Unidos, apesar de o protagonismo não ter chegado ainda à Casa Branca nas últimas eleições, as mulheres têm se destacado nos embates no Congresso, como é o caso das democratas Nancy Pelosi e [Alexandria Ocasio-Cortez](#). Recentemente, a cidade de Chicago elegeu [Lori Lightfoot](#), sua 1ª prefeita mulher, lésbica e negra.

No Brasil, as eleições trouxeram o maior número de deputadas mulheres para o Congresso Nacional. [Foram eleitas 77 parlamentares do total de 513](#), de acordo com dados finais da Justiça Eleitoral. Em 2014, eram 51. O número da última eleição representa crescimento de mais de 50% em relação à anterior.

Já no Senado, 7 representantes femininas tiveram vitória nas urnas. É o mesmo número de eleitas em 2010, última eleição para duas vagas na Casa. Em 2014, onde cada estado tinha uma vaga na disputa, outras 5 ganharam o pleito.

Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um 'estilo feminino'

de governar.

### *Débora Thomé, cientista política*

A cientista política Débora Thomé diz não acreditar no que chama de “generificação do poder” e que isso é uma forma de estigmatização que age contra as mulheres. Por outro lado, acredita que elas podem estar mais atentas a outros temas que homens não estão, justamente “pela forma como são socializadas”.

“Eu não acredito nessa ‘generificação’ do poder. Eu acho que é uma forma estigmatizante e que essa ideia age contra as mulheres. Isso é ‘sexismo benevolente’”, diz.

O “sexismo benevolente” ao qual Thomé se refere, é um termo criado pelos psicólogos norte-americanos Peter Glick e Susan Fiske [em um estudo publicado em 1996](#), que explica as consequências que “uma atitude paternalista em relação às mulheres que as idealiza afetivamente” pode ter.

“Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um ‘estilo feminino’ de governar. Eu acho que a gente tem barreiras que impedem as mulheres de chegar aos cargos de poder. Não apareceram Tabatas e Ocasios-Cortez antes porque não havia esse espaço. Agora há. E existem pautas que são caras às mulheres. Como, por exemplo, a pauta da creche.”

Para explicar, a pesquisadora cita o estudo publicado em 2017 pela London School of Economics (LSE) [“Cotas de gênero e a crise do homem medíocre: teoria e evidência”](#), que afirma que a presença de mais mulheres na política aumenta a representação não só por causa das mulheres - mas porque a formação de novos grupos competitivos mexe com a estrutura política e, de certa forma, fortalece a democracia.

Nesse contexto, Thomé acredita que o “o ideal é ter mais mulheres dentro do governo”, por que isso trará “novas características” para a política que é feita.

“Elas estão conseguindo chegar lá de alguma forma. São pessoas que estão alijadas do poder ainda que tenham condições de estar lá. É mais sobre pensar como aumentar essa representatividade, do que se existe ‘jeito feminino’.”

### **Ter mais ‘representação’ faz diferença para as mulheres?**

Um dos efeitos de ter um número significativo de mulheres tanto em altos cargos de comando político ou no parlamento — tanto no Brasil quanto em outros países — é “incentivar outras mulheres” a participarem de processos decisórios e também refutar a tradicional ideia de que “mulheres ainda são ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’” para pertencerem à política.

Esta é a análise da cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos).

“No Brasil a gente tem 15% das cadeiras da Câmara representadas por mulheres. Esse número é alto se comparado a outros países emergentes, mas ainda é muito baixo para o Brasil. Temos que buscar quais são as razões disso”, aponta. “Quanto maior a desigualdade, menor é a

possibilidade de ter mais mulheres em ambientes de decisão política.”

Atualmente, o Brasil fica atrás de dezenas de países quanto à presença de mulheres na política. Está na 115ª posição no ranking mundial de representatividade feminina no Parlamento dentre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com base no banco de dados do Banco Mundial (Bird) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de a gente colocar mais mulheres em ambientes de decisão política.

*Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos)*

“Quando existem mulheres eleitas em governos parlamentaristas ou até presidencialistas, você está dizendo que mulheres são tão capazes quanto homens. Não existem cargos políticos ‘masculinos’”, afirma. “Isso também mostra para a sociedade que ideias tradicionalistas que colocam mulheres como ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’ são equivocados.”

Para a especialista, o resultado da eleição que elevou a representação das mulheres no Congresso também é fruto de um movimento que “extrapolou a arena político-partidária”.

“As mulheres vêm em uma crescente, se tornando atores fundamentais no processo de ampliação e democratização de espaços de poder, seja ele qual for, desde empresas até movimentos sociais. Essa crescente é algo que pode mudar a mentalidade de lideranças, que hoje ainda são muito machistas.”

### **O caminho para um parlamento equânime**

Denilde Holzacker, doutora em ciência política pela USP (Universidade de São Paulo), aponta que, como no Brasil as mulheres ainda estão entrando na política de forma gradual, o “sexismo benevolente” se faz presente de forma geral.

“De fato, em países como Índia e Brasil, as mulheres ainda precisam lembrar seus colegas de parlamento todos os dias que, sim, elas têm tanta capacidade quanto eles de estarem lá. E isso reforça essa ideia de ‘benevolência’”, afirma. “Agora existe um ambiente com mais mulheres. E isso é bom porque significa que elas podem ser donas da própria história e das próprias opiniões.”

A especialista aponta que, além deste “lembrete”, é importante ressaltar que hoje, especificamente no Brasil, existe uma “nova geração de mulheres na política trazendo bandeiras diferentes do que havia antes”.

“Hoje a gente tem uma nova visão do que é política e que algumas mulheres conseguem expressar de forma clara, trazendo outras bandeiras. Mas também existe um erro em achar que todas trazem pautas feministas. Não é assim.”

Holzacker destaca que um debate que pode colocar em risco hoje a inserção de mais mulheres na política são as chamadas “candidaturas-laranja”.

[Após denúncias sobre partidos terem usado, na eleição de 2018, “candidaturas-fantasmas” de](#)

mulheres para atingir o percentual mínimo de candidatas, dois projetos foram apresentados na Câmara com a intenção de acabar com a cota de 30% do Fundo Eleitoral para essas candidaturas.

“A gente precisa ter um outro debate sobre essas mulheres e a participação delas. É extremamente equivocado apresentar projetos para acabar com os 30%. É preciso discutir isso de outra forma. Por que, ao invés de se debater como aperfeiçoar esse instrumento, pretende-se acabar com ele?”

*Andréa Martinelli*

---

## **Curso gratuito de Formação Política para Mulheres em São Paulo. Inscrições até 10/04/2019**

Idealizado pela Iniciativa Brazilianas, o curso será realizado entre maio e julho deste ano na Câmara Municipal de São Paulo. O objetivo é formar lideranças políticas, introduzir e aprofundar conceitos relacionados ao feminismo, atuação política, política brasileira e mulheres na política. Assim como capacitar mulheres para pensarem e atuarem na política de forma local e regional, impulsionando redes suprapartidárias de mulheres na política e possibilitar uma preparação pré-eleitoral para aquelas que desejarem ser candidatas em 2020. As inscrições estão abertas até dia 10 de abril neste [link](#).

**(Catarinas, 06/04/2019 - acesse no site de origem)**

Serão nove encontros semanais, com duração média de três horas cada um, totalizando 27 horas de carga horária com três módulos: político, teórico e projeto prático. Ao final, a proposta é mapear e articular atores locais para atuarem com autonomia em suas trajetórias políticas. A seleção seguirá critérios de diversidade, incluindo jovens, negras, periféricas, LGBT's, indígenas.

São ofertadas 60 vagas para o curso, com possibilidade de ampliação mediante demanda e capacidade do espaço físico. O curso acontece de 3 de maio a 4 de julho das 19 às 22h. O resultado da seleção será divulgado em 20 de abril no site da Iniciativa Brazilianas e por e-mail para as selecionadas.

[Brazilianas](#) é uma iniciativa de jovens mulheres que se preocupam com a participação de mulheres na política, propondo-se a atuar na formação de lideranças femininas, a partir de pesquisa e prática. A proposta é identificar, planejar e desenvolver projetos na área da saúde da mulher; acesso a direitos; empreendedorismo e renda; e participação política, objetivando a redução da desigualdade social, política e econômica que permeia a realidade das mulheres.

As atividades do grupo iniciaram em 2018, após o diagnóstico de que é importante

implementar políticas públicas de forma permanente e perene, não apenas a partir da administração pública, mas também no terceiro setor. O curso é uma ação de um projeto maior, de 2 anos, focado na preparação de mulheres para as eleições 2020.

## **Mulheres na Política**

Ainda que as eleições de 2018 tenham registrado um aumento no número de candidatas eleitas no país, este número é muito baixo comparado ao de homens na política. Cresceu de 11% para 15% o número de deputadas federais no Brasil nessa legislatura, a maior presença feminina da história. Aumentou também o número de eleitas jovens, negras, pobres, LGBTs. Joênia Wapichana foi eleita a primeira deputada federal indígena no país, em Roraima. Erica Malunguinho foi a primeira transexual eleita deputada estadual em São Paulo.

O cenário local não é muito diferente do nacional. Nas eleições de 2016, 23% dos 5.568 municípios do país não elegeram nenhuma vereadora. E 1963 cidades elegeram apenas uma mulher para a câmara local. Mulheres são 13,5% das vereadoras do país. As prefeitas ocupam 12% dos postos municipais de chefe de executivo. Possuem, em média, mais anos de ensino que os prefeitos, e 91% governam municípios de até 50 mil habitantes (Dados TSE).

A partir de uma etapa diagnóstica sobre os problemas enfrentados por mulheres que desejam percorrer carreira política, composta por revisão bibliográfica, mapeamento de atores e instituições-chaves e revisão do problema, encontramos o seguinte encadeamento de problemas, que posteriormente foram positivados como objetivos a serem atingidos pelo projeto proposto.

## **Temas dos encontros**

Dia 1 - Apresentação. Histórico, Cenário e Perspectivas das Mulheres na Política - 03/05

Dia 2 - Política e políticas públicas por mulheres que fazem política - 09/05

Dia 3 - Oficina Prática de Mapeamento de atores, planejamento e articulação local - 16/05

Dia 4 - Feminismos e Políticas Públicas - 23/05

Dia 5 - Novas práticas, novas trajetórias - 30/05

Dia 6 - Oficina Prática de Comunicação Oral, Audiovisual e Escrita - 06/06

Dia 7 - Sistema político brasileiro, candidatas, cotas e estratégias partidárias - 13/06

Dia 8 - Para além de São Paulo e região: a realidade do interior paulista - 27/06

Dia 9 - Advocacy e Mobilização Social. Fechamento e avaliação do curso - 04/07

---

# E a igualdade de gênero na América Latina?, por Ricardo Aceves

*Apesar dos avanços, continua a existir uma grande disparidade entre os gêneros na região*

**(Folha de S.Paulo, 25/03/2019 - acesse no site de origem)**

A América Latina está diante de um momento transcendental, em diversas frentes. Por um lado, as eleições nacionais do ano passado em seis países -entre os quais três dos maiores da região, [Brasil](#), Colômbia e México- resultaram em reforma gradual no cenário político latino-americano. Em paralelo, a agenda econômica se tornou o foco dos esforços dos governos nacionais para combater os desequilíbrios, implementar reformas e promover crescimento mais robusto.

Como pano de fundo para tudo isso, movimentos feministas importantes vêm surgindo, há cerca de dois anos, como resultado de discussões acirradas sobre a violência machista e a igualdade de gêneros, com sérias implicações críticas, tanto no âmbito político quanto no econômico.

Nas últimas décadas, a maioria dos países da América Latina deu passos importantes e na direção certa para a redução da desigualdade de gêneros. Muitas mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho e conquistaram mais acesso aos serviços de saúde. De acordo com dados da ONU, as mulheres latino-americanas têm hoje escolaridade superior à dos homens, bem como uma expectativa de vida mais alta, e sua participação política está crescendo.

Ainda assim, e apesar de todos esses avanços, continua a existir uma grande disparidade entre os gêneros na região, em diversas frentes. De acordo com o “Relatório Mundial sobre Disparidade de Gênero”, do Fórum Econômico Mundial, a América Latina precisa de pelo menos 80 anos para eliminar a disparidade de gênero existente, avaliada em cerca de 30%.

A região está pouco atrás da Europa Oriental, Ásia Central e América do Norte (no caso representada por Canadá e Estados Unidos), mas ainda distante da disparidade de 25% registrada na Europa Ocidental.

Esses números servem como claro lembrete de que as mulheres da América Latina representam 50% da população mas apenas 41% da força de trabalho, e que seus salários são em média 16% mais baixos que os dos homens. A isso devemos somar uma segregação ocupacional ainda muito alta, e o fato de que as realizações superiores das mulheres na educação não resultaram em melhor remuneração.

De fato, a disparidade salarial nos empregos mais qualificados fica em média em 26%, o que serve para bloquear o empoderamento econômico das mulheres.

No que tange à representação política, a disparidade continua a ser muito ampla. De acordo com dados da União Interparlamentar, a proporção de assentos legislativos ocupados por mulheres na América Latina é de apenas 29% do total, e em países como Belize, Haiti e o Paraguai, ela é ainda mais baixa (de entre 3% e 10%); já na Bolívia, Costa Rica e México, sua participação legislativa é muito mais elevada (de entre 45% e 53%).



Por outro lado, as eleições realizadas no ano passado não conduziram mulheres ao posto de chefe de Estado, o que contrasta com 2014, quando a região contava com o maior número de mulheres como chefes de Estado, na Argentina, Brasil, Chile e Costa Rica. Ao meu ver, as probabilidades de que isso volte a acontecer no futuro próximo são baixas.

É indiscutível que uma maior igualdade de gênero e uma participação mais forte das mulheres na vida política têm impacto amplo sobre o desenvolvimento, assim como repercussões econômicas, porque as duas coisas promovem uma maior estabilidade econômica e conduzem a um número maior de resultados democráticos.

Uma representação feminina maior nas câmaras altas e baixas dos legislativos nacionais também está vinculada a progressos maiores na reforma de legislação discriminatória e em maior investimento em serviços sociais e no bem-estar. De acordo com o Banco Mundial - no estudo "Potencial Não Realizado: O Alto Custo da Desigualdade de Renda entre os Gêneros" -, a desigualdade de gênero tem um custo mundial de US\$ 160 bilhões, do qual US\$ 6,7 bilhões podem ser atribuídos à disparidade de gênero na América Latina.

Portanto, uma das dimensões da igualdade de gêneros (a legal) resultará em uma maior participação das mulheres na força de trabalho, menor disparidade salarial e em presença maior das mulheres no Legislativo. Isso não significa que todos os demais problemas originados da desigualdade de gênero (violência, discriminação, direitos fundamentais, para mencionar apenas alguns) serão resolvidos, mas leis e políticas públicas podem, sim, impulsionar uma maior inclusão das mulheres.

Um exemplo disso vêm sendo as políticas de ação afirmativa (por exemplo cotas), que além de eliminar a discriminação legal ajudam a nivelar a competição entre homens e mulheres. De fato, a participação política das mulheres latino-americanas foi impulsionada em grande parte pela criação de cotas por gênero e leis de paridade eleitoral, das quais a Argentina foi pioneira em 1991.

Mesmo assim, é importante ressaltar que, embora essas leis tenham contribuído para criar mais espaço para as mulheres, em muitos casos elas não são suficientes.

É inegável que as oportunidades cresceram, para as mulheres da América Latina, e que as medidas tomadas avançam na direção certa - se bem que muito lentamente. Mas falta fazer mais. Diante de tamanhas provas de que o empoderamento feminino é crucial para remover a disparidade entre os gêneros (o que é essencial para o crescimento econômico em geral), simplesmente nos resta esperar que, com tanta coisa em jogo no campo político e no campo econômico latino-americanos, impulsionar a paridade de gêneros tenha lugar importante na agenda.

*Ricardo Aceves é um economista mexicano especializado em temas macroeconômicos latino-americanos, e trabalha como analista de riscos na agência de classificação de crédito CRIF Ratings. Anteriormente trabalhou como economista sênior para a América Latina na consultoria FocusEconomics, para a qual coordenava o relatório de perspectivas econômicas Latin Focus.*